

Os Maçons, a Revolução e atuação sociopolítica nas décadas de 1930 e 1940 em Pernambuco

The Freemasons, the Revolution and socio-political action in the 1930s and 1940s in Pernambuco

Augusto César Acioly Paz Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
cesar_historia@hotmail.com

Recepción: 13 de abril de 2017/Aceptación: 6 de septiembre de 2017

doi: <https://doi.org/10.15517/rehmlac.v9i2.28079>

Palavras-Chave

Maçonaria; Revolução de 1930; Era Vargas; Antimaçonismo; Cultura Política; Lojas Maçônicas e Bibliotecas.

Keywords

Freemasonry; 1930 Revolution; Vargas Age; Antimaçonismo; Political Culture; Masonic Stores and Libraries.

Resumo

O presente artigo procura realizar uma reflexão sobre o lugar assumido pelos maçons pernambucanos, frente à Revolução de 1930 discutindo as suas estratégias enquanto, instituição, percebendo como as suas posições frente ao movimento e suas ações na fundação de lojas e bibliotecas fomentaram o debate público e demarcaram as suas posições no cenário político-intelectual das décadas de 1930-40 em Pernambuco e as suas conexões com o Brasil e o mundo.

Abstract

This article is a reflection on the role played by Pernambuco Masons, upon the 1930 Revolution discussing their strategies, institutions, while detailing how they forwarded the movement by the foundation of lodges and libraries thus fostering public debate. and strengthening their positions in the political and intellectual scene in Pernambuco, Brazil, in the 1930's and 40's and its connections with the rest of Brazil and the world.

Introdução

O novo momento político representado pelo movimento de 1930, a Maçonaria pernambucana, mesmo tendo, nas suas hostes indivíduos que fizeram parte do poder durante as composições políticas que compunham a hegemonia, ao longo da República Oligárquica (1889-1930), tomou, em sua grande maioria, como ponto de ação, o alinhamento aos novos tempos. Esse ajuste de posição política pode ser percebido através de um manifesto produzido por um conjunto de lojas maçônicas pernambucanas que nos anos iniciais da década de 1930 formaram um Comitê denominado “Pró-liberdade de Consciência”. A loja que encabeçava a direção desse grupo maçônico foi a Cavaleiros da

Cruz. A História da organização dessa comissão maçônica remonta aos debates intensos em relação à aprovação do Ensino Religioso nas escolas públicas, reivindicação defendida de forma aguerrida pela elite clerical e intelectual católica do estado ganhando corpo em outros estados da federação, a partir das reordenações políticas que o movimento de 1930 produziu junto aos segmentos políticos tanto no estado/região quanto no país¹.

Ao lermos os documentos produzidos pelo “Comitê Pró-maçônico Liberdade de Consciência” é possível vislumbrar um conjunto de questões que atizam e orientam as nossas inquietações históricas. Dentre as questões levantadas, podemos observar que através do manifesto, produzido pelos maçons pernambucanos, a preocupação direcionava-se na formulação de uma memória da instituição, construindo a versão de qual teriam sido as posições assumidas pela maçonaria brasileira, em particular, pernambucana, frente aos desdobramentos do processo político, conhecido como Revolução de 1930. Com relação aos acontecimentos que se desenvolveram no período pré e pós-revolucionário, os autores do citado manifesto sinalizavam a posição de apoio da Maçonaria local, dentro deste conjunto de forças que contribuíram para a vitória do ideal revolucionário e aliancista em 1930.

Tendo por objetivo a construção de uma versão sobre os acontecimentos, como uma forma de legitimar a sua ação política e social nas articulações político-intelectuais que culminaram com a Revolução de 1930, os maçons pernambucanos, na formulação dos discursos de autorreferência, sobre as suas ações destacavam as atitudes por eles tomadas no interior dos embates políticos que compuseram o cenário que desencadeou na tomada de poder pelos partidários da Aliança Liberal. Uma referência a tal aspecto podemos observar na citação abaixo:

Ainda o Sr. Washington Luis dominava o Catete e a Maçonaria pernambucana intimava-o a renunciar o mandato popular que traíra[...] Nas trincheiras de 4 de outubro estiveram, lutando, maçons militantes[...] E enquanto isso, antes da Victoria, os actuaes e ardorosos revolucionários condenavam por seus órgãos a revolução “Como obra sem Deus”, “diabólicas machinações da Maçonaria, do comunismo e de outras doutrinas atheas”².

Ao construir uma narrativa em que apontavam qual o lugar da sua participação nos acontecimentos que provocaram a Revolução de 1930, os maçons pernambucanos produziam uma autorreferência a respeito de suas posições, ao mesmo tempo, em que mostravam qual a posição dos representantes católicos romanos, frente a tal acontecimento.

¹ Alípio Casali, *Elite intelectual e restauração da Igreja Católica* (Petropolis, RJ: Vozes, 1995); Carlos André da Silva Moura, *Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a politica no Recife, 1930-1937* (Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 2012); Riolando Azzi y Klaus Van Der Grijp, *História da Igreja no Brasil* (Petrópolis, RJ: Vozes, 2008).

²Maçonaria e Revolução. Recife, s/d. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS - APEJE.

Diante desta composição, os maçons pernambucanos tinham objetivos que nos parecem muito claros, pretendiam mostrar, não somente, as suas posições de envolvimento com a concretização e defesa deste ideário revolucionário e liberal, colocando-se, óbvio, como referência, em detrimento às posturas assumidas pela hierarquia católica e a maneira como ela comportou-se ao longo dos acontecimentos que provocaram o regime que se inaugurou no dia 04 de outubro de 1930.

Ao escolherem como fórmula apresentar o clero como crítico do processo, os maçons pernambucanos guiavam-se com objetivos precisos, o de questionar o caráter institucional, ético e político da Igreja Católica, lançando a visão de que as ações do catolicismo, enquanto grupo, ordenavam-se muito mais pela busca de benesses ou interesses particulares, do que uma “verdadeira” preocupação com os destinos da nação. Tais afirmações dos maçons a respeito dos representantes da Igreja Católica Romana se impunham, pelo fato de que, no momento da publicação do manifesto ocorria um forte debate sobre o estabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas, questão combatida fortemente pelos maçons. Ao legitimarem a sua participação nos eventos de 1930, os maçons de Pernambuco pretendiam mostrar que a aprovação de tal lei se constituía num retrocesso para a preservação de um Estado laico, privilegiando, nas palavras dos maçons pernambucanos, um segmento social que não havia tomado parte ativa nos desdobramentos que levaram à Revolução de 1930³.

Ao ressaltar o fato, os maçons demonstravam que, ao contrário das forças católicas que aderiram ao movimento, somente após o triunfo das forças aliancistas, a Maçonaria estava desde o primeiro momento ao lado daqueles que desejavam a mudança do regime. Enquanto, as lideranças religiosas defendiam a legalidade com o governo de Washington Luís, os maçons o criticava conclamando-o a deixar o poder.

Nesse sentido, os maçons pernambucanos chamavam a atenção para a liderança exercida por vários companheiros em favor do processo revolucionário; muitos deles, figuras importantes, tanto no seio da instituição, quanto na política e nos espaços intelectuais e culturais “profanos”. Através de tal recurso, os maçons tinham como objetivo demonstrar o grau de enraizamento maçônico na sociedade brasileira e pernambucana, formulando a visão de que o papel do maçom não se encerrava na dimensão ritualística ou organizacional da instituição, mas sobretudo, no processo de debate e na ação, em momentos supostamente “difíceis” para a nação, principalmente quando eles representavam transformações que iniciariam um “novo momento”, na organização política do país. Para compor tal justificativa, podemos observar como os maçons manejavam e produziam a narrativa e a visão necessária no sentido de legitimar as suas posições. Como veremos na passagem abaixo, a narrativa por eles produzida, preocupou-se em destacar figuras e momentos importantes, no desenrolar do processo revolucionário:

³ Jacques Le Goff, *História e memória* (5ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003).

Figuras de grande relevo no movimento liberal e na Revolução foram e são membros activos da ordem maçônica. João Pessoa – o maior vulto da Revolução - foi um grande maçom. E morreu com os braços cruzados sobre o peito como um autentico Cavaleiro Rosa Cruz. Mauricio de Lacerda e Nereu Ramos, nossos irmãos, foram recepcionados pela maçonaria pernambucana, quando da visita da Caravana Liberal. Adolpho Bergamini e Evaristo de Moraes são figuras de relevo no Grande Oriente do Brasil. J.J Seabra é maçom do mais alto grau. Marrey Junior é grão-mestre do grande Oriente de São Paulo. A maioria dos amigos mais dedicados de João Pessoa e que formavam a linha de frente na heróica resistência parahybana, são expoentes na maçonaria do visinho. Mario Castro foi Grão-Mestre do Grande Oriente de Pernambuco na sua phase inicial e é um autentico leader liberal neste Estado. Rafael Salvatorio – Grão-Mestre do Grande Oriente do Rio Grande do Sul – morreu na linha de frente, lutando pela Revolução. Flores da Cunha, Adalberto Correia, Raul Filho, Léo da Costa e tantos outros maçons formaram na vanguarda da incontida avalanche gaúcha⁴.

Ao elencarem estas lideranças que assumiam papel de destaque tanto no interior da Maçonaria quanto fora dela, o interesse dos maçons pernambucanos era o de construir uma imagem da instituição, baseada em dois propósitos concretos: o primeiro deles, destacar a identidade maçônica do ex-presidente do estado da Paraíba, com o objetivo de legitimar a ligação entre a Maçonaria e todo o ideário e as ações defendidas pela Revolução, colocando-a assim, no lugar de um dos agentes de transformação, de alguma forma compondo, mesmo que simbolicamente, um panteão maçônico para contar a História da Revolução de 1930, a partir do ponto de vista maçônico.

A descrição do assassinato de João Pessoa serve de maneira muito legítima ao segundo propósito, por nós aventado, que seria o de ressaltar o simbolismo maçônico e ao realizarem isto carregaram sua narrativa dentro de um viés de forte dramaticidade. Ao destacar o ato de morrer com as mãos cruzadas sobre o peito mostravam o evento, como um exemplo da atitude que seria esperada dos verdadeiros maçons, e, de que, se necessário, defender com a própria vida os ideais nos quais acreditavam.

O cenário de complexidade instalado com a nova ordem política, pelos vitoriosos de 1930, não deixou de se constituir no interior da Maçonaria pernambucana num momento de transformações intensas. Nesse contexto, percebemos como ocorreu nas duas primeiras décadas do Século XX, um momento de reorganização institucional, a partir dos novos rumos que a sociedade enfrentava no pós-1930⁵.

Frente à nova realidade, a maçonaria pernambucana passou por várias modificações internas, os objetivos eram bem claros, inserir-se nos debates e demandas que ganhavam o espaço público no período pós-1930. Algumas posições seriam marcadas, retomando e

⁴Maçonaria e Revolução. Recife, s/d. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS - APEJE.

⁵Jorge Ferreira y Lucília de Almeida Neves Delgado, *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente à Revolução de 1930* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003), Vols. 01-02.

mantendo estratégias de ação, como, por exemplo, a de permanecer incentivando o processo de interiorização, no sentido de que a mesma continuasse a ter uma maior ocupação territorial o que contribuiria num processo de maior representação nacional. Além desse aspecto, no campo da discussão político-social, observamos, por parte dela, o enfrentamento com antigos e novos atores sociais e políticos, que ao mesmo tempo traziam debates antigos e novos. O tema da educação laica por exemplo, que iremos abordar no tópico adiante constituía-se num enfrentamento central do ideário maçônico desde o final do século XIX e as décadas iniciais do XX. Ao lado de um tema clássico como este discutido pelos maçons, outro passava a avançar nas consciências maçônicas, do ponto de vista institucional o enfrentamento, ao ideário fascista, representado no país, pelo Integralismo e, que passou a constituir-se num dos temas de debate na sociedade, do qual a maçonaria não podia fugir⁶.

Este embate entre o ideário maçônico e o ideário integralista, representaria, no campo da política, um choque entre as posições de defesa dos ideais de matriz liberal, que sempre constituíram bandeira de ação da maçonaria, frente ao conservadorismo e defesa de uma lógica tradicional e antiliberal, conflito que se salientou no interior da Cultura política mundial e brasileira, ao longo das décadas de 1930 e 1940⁷.

Sob este ponto de vista, podemos antever, por parte da maçonaria local, a preocupação em deixar visível a sua inserção no interior dos grandes debates nacionais, apelo importante, no sentido da formação de uma representação preocupada em deixar expressa a vitalidade da instituição, frente ao ideário contrário às suas propostas.

Esquadrinhando espaços e fundando novos templos: expansão e propaganda maçônica em Pernambuco (1930-37)

Até o mês de outubro do ano de 1937, ano em que a Maçonaria teve suas atividades suspensas pelo governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, existiam no estado de Pernambuco 28 lojas maçônicas, distribuídas nas principais microrregiões do estado. Deste quadro, se comparado à década anterior, é possível contabilizar o surgimento de oito novos núcleos maçônicos, tendo como recorte cronológico, o período que se estende do ano de 1929 a 1937. Este processo de difusão, desencadeado pela maçonaria pernambucana, seguia a lógica da estratégia de interiorização e reorganização institucional, processo ocorrido desde o início do Século XX, com fases de avanços e recuos.

⁶Alexandre Mansur Barata, *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)* (Campinas: Editora da Unicamp, 1999).

⁷Giselda Brito Silva, “A lógica da Suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco” (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2002).

Aspecto importante a ressaltar, é que dentro deste quadro no pós-1930 ocorreram além de desavenças com setores externos, conflitos no seio do mundo maçônico pernambucano. Como exemplo desta situação, tivemos a polêmica que foi instaurada entre O Grande Oriente de Pernambuco, durante os anos de 1931-32, quando um conjunto de lojas maçônicas se colocou em posição contrária ao governo provisório, por este revogar o princípio da educação laica nas escolas públicas, ao permitir o ensino facultativo da disciplina de educação religiosa, antiga reivindicação dos setores ligados ao catolicismo em Pernambuco.

As lojas Cavaleiros da Luz e Cavaleiros da Cruz propuseram o debate em torno da questão, lançando fortes críticas à tal resolução. No desenrolar do debate, a primeira das lojas maçônicas citadas, fundou um periódico, denominado O Archote, veiculando no mesmo, um conjunto de artigos de forte teor anticlerical e de crítica à suspensão de uma educação laica nas escolas públicas. Além dessa iniciativa, a outra oficina, Cavaleiros da Cruz, organizou um comitê que ficou conhecido como “Pró-liberdade de consciência”, fórum que tinha como objetivo, fomentar o debate acerca de temas ligados inicialmente ao ensino laico e público, mas que não deixava de congregiar outros aspectos que se inspiravam, do ponto de vista político, na defesa e propagação de posições sintonizadas com o ideário liberal.

A polêmica travada entre o Grande Oriente de Pernambuco e as lojas maçônicas Cavaleiros da Luz e Cavaleiros da Cruz teve como ápice da contenda, o ano de 1932. A crise se intensificou devido ao fato de que, o Grande Oriente local, não se posicionou contra a resolução que autorizava o ensino religioso, fazendo, na visão dos maçons das lojas dissidentes “vistas grossas” sobre esta questão. Podemos acompanhar tal polêmica, tendo como guia o quarto número do jornal O Archote, do mês de maio do ano de 1932:

Foi quando do governo provisório aprobe cogitar da revogação do ensino leigo nas escolas [...] Questão sobremodo palpitante, nem por isso conseguiu despertar para a luta aquela unanimidade que seria de esperar, principalmente da parte de quem tem sobre os ombros pesadas responsabilidades e devia definir-se então asado momento. Alem disso, fenômeno interessante, dentre as poucas que terçaram armas ainda houve quem arrefecesse levado talvez pelas tapeações dos interessados na “camouflage” do “facultativo”, cujos efeitos prevíamos, em tempo [...] Empolgada pela transcendência do assunto, que implicava num passo agigantado á retarguada no plano das grandes conquistas do povo brasileiro, logo surgiu a loj :. “Cavaleiros da luz”, disposta a combater por todos os meios o atentado que queria perpetuar contra a liberdade de crença, estereotipada, de começo na base das imposições mínimas⁸.

⁸ Sem autor. O Litígio entre as Lloj :. “Luz da verdade” e Ccav :. da :. Luz” e o Gr :. Or :. de Pernambuco – Suas determinações e seus epílogos .O archote, Recife 05/1932, p.1

No relato acima inserido em O Archote, pela Loja Cavaleiros da Luz, encontramos as motivações que provocaram a proscricção das citadas lojas do círculo de convivência maçônica, ligado ao Grande Oriente de Pernambuco. Na perspectiva adotada pelo periódico, o ensino laico nas escolas públicas e sua revogação era matéria na qual, os maçons pernambucanos deveriam interferir concretamente, pois dizia respeito à liberdade de crença, dimensão que sempre teve, no seio da maçonaria, lugar de grande destaque. Para O Archote, o não posicionamento do Grande Oriente local foi analisado como uma posição de “fraqueza”, pois denotava por parte da instância máxima do poder maçônico local, uma posição de fuga ao debate a respeito de uma questão importante, como a defesa da educação laica e o combate a qualquer ação de um ideário clericalista junto ao Estado, esta posição de combate a tal discurso fazia parte do campo discursivo maçônico, o que colaborava na formulação de uma identidade a essa instituição⁹.

Como desdobramento da questão, ocorreu uma cisão no interior do mundo maçônico pernambucano. O Grande Oriente local, órgão máximo da maçonaria pernambucana, suspendeu as atividades das lojas Cavaleiros da Luz, Cavaleiros da Cruz e Luzeiro da Verdade por considerar como ato de rebeldia as críticas realizadas por estas lojas às ações do governo provisório, no que se referia à introdução do ensino religioso nas escolas públicas.

Por trás deste fato, é possível antever algumas questões: a primeira delas a de que, parte dos maçons pernambucanos, a partir do fato que levou essas oficinas a serem proscritas, não concordavam com a linha política adotada pelo GOPE, pois tal política se constituía, numa espécie de imobilismo diante de questões como, a tolerância religiosa e o ensino laico, que encontravam na Cultura Política maçônica, um ponto de ação. Outra questão, consistia na atuação política das lojas Cavaleiro da Cruz, Cavaleiro da Luz e a Luzeiro da Verdade, demonstrando que a tão propalada visão no interior da historiografia pernambucana e brasileira da falta de atuação política maçônica durante o período republicano no Século XX, constitui-se num aspecto que precisa ser reinterpretado¹⁰.

A consequência imediata deste conflito foi o surgimento de uma nova “potência maçônica”, fundada no dia 27 de novembro de 1932, através do Decreto nº 74, expedido pela Grande Loja da Paraíba, que reconhecia o funcionamento da Grande Loja de Pernambuco. Por meio de circular enviada ao Secretário de Segurança Pública de

⁹ Celia Marinho Azevedo, *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais* (São Paulo: Annablume, 2010); Mansur Barata, *Luzes e sombras*; Mansur Barata, “Discutindo a sociabilidade moderna: o caso da Maçonaria”, em *Narrar o passado, repensar a história*, ed. Margareth Rago (Capinas: Unicamp, Instituto de Filosofia Ciências e Letras, 2000); Mansur Barata, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil, 1790-1822* (São Paulo, Juiz de Fora: Annablume, EDUFJF-FAPESP, 2006).

¹⁰ Sergio Buarque de Holanda, “Da Maçonaria ao Positivismo”, em *Historia geral da civilização brasileira*, ed. Sérgio Buarque de Holanda (4ª. ed. São Paulo: Difel, 1985, t.II, vol.5), 289-305.

Pernambuco no mês de fevereiro de 1933, o então Grão-Mestre, Dr. Eugenio de Mendonça Paes Barreto, apresentava esta nova entidade maçônica:

Regularmente fundada e instalada, a Soberana Grande Loja de Pernambuco foi RECONHECIDA pela Serenissima Grande Loja da Paraíba, que LHE EXPEDIU a competente CARTA CONSTITUTIVA, por decreto nº 74 de 27 de Novembro de 1932 [...] Na sua primeira reunião, a Soberana Grande Loja de Pernambuco elegeu os Altos Funcionarios da “Assembléa Geral” (Grande Loja) em 18 de Janeiro, os quais tomaram posse em 25 do mesmo mês, tudo como consta da circular anexa [...] A Soberana Grande Loja de Pernambuco, como único Alto Corpo da Maçonaria Simbolica Universal neste Estado, conta com as seguintes lojas:

Sob nº 1 – A Loja Fraternidade Palmarense, em Palmares, Pernambuco,
 2 – Luzeiro da Verdade, nesta cidade,
 3 – Cavaleiro da Luz, nesta cidade,
 4 – Cavaleiro do Oriente, nesta cidade,
 5 – Amor e Ordem, em S. José do Lage, Estado das Alagoas,
 6 – Segredo e Verdade, da Vitoria, neste Estado, esta a ser regularizada, além de outras deste Estado que se preparam para aderir á Maçonaria Universal¹¹.

O envio ao Secretário de Segurança Pública do Estado, da circular acima, constituía-se numa tentativa de demonstrar a validade social das suas ações, deixando claro quais seriam os objetivos da entidade, assim como, identificando quem eram as pessoas que faziam parte da Grande Loja. Além do Dr. Eugenio de Mendonça Paes Barreto, encontramos o historiador e jornalista Mário Melo, desempenhando o cargo de Grão-Mestre Adjunto, posição de destaque no interior desta agremiação maçônica.

A vida da Grande Loja, em Pernambuco, não passaria alheia às discussões internas. Um exemplo desta questão foi a resolução tomada em junho de 1933, pelo Grão-Mestre da Grande Loja Eugenio de M. Paes Barreto que endereçou uma circular ao Capitão Nelson Melo, Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco comunicando a interrupção dos direitos maçônicos de duas lojas: a Cavaleiro da Luz e Luzeiro da Verdade. A justificativa utilizada pelo representante máximo da Grande Loja pautava-se nos argumentos abaixo:

Essas lojas que funcionam no segundo andar do prédio nº460 à rua do Imperador, foram desvirtuadas da sua finalidade maçônica, transformando em centro de política subversiva, por isso que foram punidas maçonicamente [...] como o caso afete á Ordem Social, esta sereníssima Grande Loja, que tem sido alvo das iras dos dirigentes daquelas lojas insubordinadas, a ponto de se constituírem

¹¹ Eugenio Barreto. Ofício da Grande Loja de Pernambuco ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Recife, 08 /02/1933. Prontuário Funcional 3904 – DOPS – APEJE.

clandestinamente em organização pseudo-maçônica sob o mesmo título distintivo desta sereníssima Grande Loja de Pernambuco¹².

Ao enviar a circular ao Capitão Nelson Melo, o objetivo dos maçons da Grande Loja, era de firmarem uma diferença entre os maçons legalmente constituídos, e os que assim não se encontravam. Ao realizarem essa diferenciação, os maçons da Grande Loja, através do seu Grão-Mestre, pretendiam permanecer imunes a qualquer tipo de vigilância e repressão que pudessem vir a ser alvos. Porém, uma questão continuava presente nos argumentos tecidos por Eugênio Barreto: a atuação subversiva do ponto de vista político ensejada pelas lojas suspensas. Esta suposta ação subversiva, destacada por Eugênio Barreto.

Seguindo a tradição tanto a Loja Cavaleiro da Luz quanto a Luzeiro da Verdade, mantiveram a sua atuação através do Archote e seu posicionamento sobre algumas questões que tomaram conta da sociedade pernambucana, tendo como alvo, além da questão do ensino, a crítica a posturas do clero pernambucano, como por exemplo, a denúncia feita na Revista Fronteiras, ligada à intelectualidade da Igreja Católica Romana. No seu número de janeiro de 1933 os articulistas do periódico lançavam sobre os responsáveis pelo Archote as seguintes acusações:

Aos que censuram ainda a divulgação da calúnia que indiretamente se faz procurando esmagá-la, procurando o que é contado com este escrúpulo, que a quadrilha maldita dos difamadores engendram e propagam a sua obra. Fronteiras será lido, nesse número especial, em toda a América Latina. Deste modo, levantaremos barreira ao hábito dos caluniadores que, a semelhança do jornaleco Archote publica invencionices mentirosas passadas em terras longínquas na esperança de não serem refutados. Deixamos ainda bem claro que ainda não apontamos os responsáveis pela calúnia que agora destruímos. Estamos, porém, trabalhando no sentido de descobrir estes infelizes de mal gosto ou de gosto pervertido, apontamos a sociedade para que deles se defenda¹³.

A calúnia à que Fronteiras se referia tratava-se de um suposto envolvimento amoroso, no qual o Pe. Fernandes, mentor intelectual da Congregação Mariana, do Colégio Nóbrega, teria se envolvido com uma freira que trabalhava no Hospital Pedro II. Ao centrar sobre o Archote tais qualidades, os redatores da revista Fronteiras, utilizavam um contradiscurso sobre a publicação maçônica, devolvendo argumentos negativos, na mesma intensidade aos usados contra a publicação católica.

Outro exemplo que nos fornece indícios para explicarmos os motivos que, possivelmente, teria levado à suspensão das lojas Cavaleiro da Luz e Luzeiro da Verdade,

¹² Circular da Grande Loja. Recife, 03/06/1933. Prontuário Funcional 3904 – DOPS – APEJE.

¹³ Sem autor. Nota da Redação. *Revista Fronteiras*, Recife 01/1933, p.3.

pela Grande Loja de Pernambuco, poderia ser ratificada na tese que defendemos no presente artigo, mas que já faz parte da visão que ao longo destes anos de pesquisa do tema, levantamos contrária ao que foi posto pela historiografia, entendendo que os maçons e a Maçonaria mantiveram sim, uma inserção nos debates políticos intelectuais ao longo da Era Vargas. A materialização desta perspectiva pode ser encontrada nas páginas da Revista Fronteiras, do mês de março do ano de 1933, no artigo intitulado “Relato da romaria que o ‘pensamento livre’ levou a efeito no dia 19”. O artigo veiculado pelo órgão de imprensa católica denunciava a participação de um grupo de maçons na articulação de uma movimentação grevista junto ao operariado da Pernambuco Tramways.

No entanto, a movimentação, na visão do articulista, não teve o sucesso esperado. Porque nas considerações do autor do artigo, após o insucesso da mobilização os pobres homens “ludibriados pela Maçonaria iam melancolicamente, como um corpo estranho, pelas ruas desertas da cidade. Pobres motorneiros!”¹⁴.

Apesar da Revista Fronteiras não deixar muito evidente quais teriam sido as lojas participantes na articulação levada a efeito pelos maçons, junto aos motorneiros da empresa de transportes urbanos da cidade do Recife, é possível estabelecer algumas conexões. A primeira delas encontramos numa circular enviada ao Secretário Geral de Ordem Social do Estado, pelo Grão-Mestre da Grande Loja, que relatava a atuação subversiva encetada pelas lojas, a Luzeiro da Verdade e Cavaleiro da Luz.

O apoio a estas questões, tanto de crítica às ações do clero pernambucano quanto de apoio a movimentos grevistas, desempenhados por estas oficinas, foi visto, por parte dos órgãos de segurança do estado como exemplo de atuação subversiva, por questionar uma suposta ordem social, aspecto que acabava influenciando o poder institucional maçônico. O comportamento, das citadas lojas, extrapolava os direcionamentos da instituição e criava para a Grande Loja uma situação de instabilidade já que o grupo passava a ser identificado como questionador da ordem estabelecida, principalmente num momento em que os órgãos de vigilância e repressão policial começavam a se estruturar no país e no estado.

O desfecho da polêmica, que levou a proscricção dessas lojas maçônicas, não limitou o processo de expansão da Maçonaria pernambucana. Ainda em 1933, os maçons Manoel Monteiro da Silva, Joaquim Basileo Mendes, José Manoel da Silva, José Bertino de Araújo, Severino Julião de Azevedo, Leopoldino Luís Soares e Cicero Lyra e Silva, reuniram-se na noite de 31 de março, na cidade do Cabo de Santo Agostinho, onde moravam, para levarem a efeito a fundação de uma loja maçônica aprovada com a denominação de Alvorada da Paz com atividade na mesma cidade do Cabo.

Transcorreram cerca de oito meses, até que a “oficina” maçônica fosse efetivamente regularizada. O condutor do processo foi o Grão-Mestre da Grande Loja de Pernambuco, Eugenio de Paes Barreto, auxiliado pelo escritor e historiador Mario Melo que era seu

¹⁴ Sem autor. Relato da Romaria que o “Pensamento Livre” levou a efeito no dia 19. *Revista Fronteiras*, Recife 03/1933, p.4.

Grão-Mestre Adjunto. No dia 07 de janeiro de 1934, as autoridades maçônicas competentes conduziram a cerimônia de regularização do espaço maçônico.

Estiveram presentes, além dos jovens que iriam ser iniciados, e os maçons que estavam no processo de articulação da oficina maçônica, 15 maçons visitantes, ligados à Grande Loja de Pernambuco, além da presença de Imigildo Bezerra, maçom grau 30, representante do Grande Oriente de Pernambuco, fato que simbolizava a coexistência “pacífica” entre estes dois poderes maçônicos no Estado.

Como salientamos em algumas páginas anteriores, a fundação de novos núcleos maçônicos, fazia parte da política de expansão da instituição, que ganhava corpo e ocupava cada vez mais espaço no interior pernambucano. Assim, foi possível observar através das nossas pesquisas que entre os anos de 1933 a 1937, surgiram novos templos, em diferentes cidades como: Jaboatão dos Guararapes, Gravatá, Arcoverde, Bom Conselho, Bezerros, Belo Jardim e Canhotinho. A partir desse novo fôlego, sintetizado no processo de expansão de polos maçônicos, foi possível o desenvolvimento de ações maçônicas em todas as regiões do estado. Tal perspectiva, de alguma maneira, colocava-se contrária à visão de estagnação muitas vezes recorrente no interior da historiografia ao fazer referência à Maçonaria.

A fundação dessas oficinas nas cidades relacionadas provocou toda uma sorte de polêmica, haja vista a visão que foram sendo forjadas. Visões como a de que os maçons praticavam rituais satânicos, que passavam por juramentos de sangue, contribuíam para a formação de um imaginário social e cultural, atravessado por um alto teor negativo junto a determinados setores da população. Outra visão que foi se tornando corrente, a partir dos anos trinta, foi a de que os maçons simbolizavam uma sociedade aliada ao comunismo ateu e ao projeto judaico de dominação mundial, daí suas críticas à religião católica romana. Essa mitologia política era fortemente difundida pela intelectualidade católica e conservadora, se constituindo numa das expressões da propaganda antissemita que tomou conta do país durante as décadas de 1930 e 1940¹⁵.

Na construção desse imaginário, a Maçonaria era colocada como instituição de vanguarda dentro do processo de dominação judaico-comunista. O seu caráter secreto, denunciado pelos seus opositores, constituía-se num importante recurso para planejar, confabular e colocar em prática os planos dos opositores dos princípios “legítimos da sociedade” que, dentro do imaginário cristão católico romano, revelavam-se em um mundo orientado pela ordem e tradição.

Como apontou o historiador espanhol José Antonio Ferrer Benimelli, no seu estudo *El contubernio judeo-masónico-comunista*, a lógica da relação entre estes três elementos passava pela visão de que seria um só corpo de ação. Mesmo não parecendo, tinham uma

¹⁵ Javier Dominguez Arribas, “La utilización del discurso antimasonico como arma política durante el primer franquismo, 1939-1945”, *Hispania. Revista Española de Historia* 224 (2006): 1107-1138; Françoise Barret-Ducroq, *A Intolerância* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000).

raiz comum, tal imaginário tomou conta da forma como a Maçonaria passou a ser vista no mundo, a partir dos anos 1930¹⁶. Este discurso serviu como justificativa e foi utilizado, principalmente, pelos regimes autoritários e totalitários, no sentido de encerrar as atividades maçônicas, e, além disto, construir um imaginário social carregado sobre os maçons, pintando a imagem de estarem a serviço do comunismo e da “obsessão judaica de dominação mundial”.

Assim, todo maçom seria um comunista e/ou agente do judaísmo internacional em potencial. Acreditamos, portanto, que a instalação de novas oficinas maçônicas se constituía numa estratégia para tentar reverter tal visão. Para isso, os maçons tentavam desenvolver ações que aproximassem os habitantes da cidade do seu círculo de convivência, como uma estratégia no sentido de diminuir ou mesmo reordenar a visão que os setores mais tradicionais e conservadores acabavam divulgando sobre a instituição. Como exemplo desse esforço, temos os casos das lojas Fraternidade e Progresso e Obreiros do Porvir; a primeira, localizada na cidade de Goiana; e a segunda, na cidade de Nazaré da Mata. Um aspecto que ligava as ações destas duas lojas maçônicas residia no fato de que ambas fundaram nas adjacências das suas instalações, bibliotecas que eram franqueadas ao público das respectivas cidades, além de servirem como espaço de formação para os próprios maçons e suas famílias. Este ideal de difusor cultural e “sociedade de pensamento”¹⁷ sempre estiveram ligados à identidade maçônica, desde a sua organização na modernidade. Sob este aspecto discutiremos de maneira pormenorizada na seção seguinte deste artigo.

As bibliotecas maçônicas como difusoras da educação, cultura e debates políticos

A Loja Fraternidade e Progresso, durante os anos trinta, era reconhecida na cidade de Goiana e na região, como uma instituição que prestava relevantes serviços no campo da beneficência, além de fomentadora de atividades culturais, traço que ficou evidente com a manutenção de uma biblioteca nas suas dependências. A História da formação desse gabinete de leitura está intrinsecamente relacionada à figura do seu fundador Brasileiro Lobo, maçom que no ano de 1876, organizou uma biblioteca, dois anos após a fundação da referida loja Maçônica.

¹⁶ José Antonio Ferrer Benimelli, *El contubérnio Judeo-Masónico-Comunista. del Satanismo al escándalo de la P-2* (Madrid: Ediciones ISTMO, 1982), 135-350.

¹⁷ Este conceito da Maçonaria enquanto, um espaço de formação, sociabilidades e profusão de conhecimento, foi desenvolvido por Maurice Agulhon nos seus estudos e no livro: Maurice Agulhon, “As Sociedades de Pensamentos”, em *França Revolucionária, 1789-1799*, ed. Michel Volvele (São Paulo: brasiliense, 1989); Agullhon, *Pénitents et Franc-maçons de l’ancienne Provence: essair sur la sociabilidade meridionale* (3.ed. Paris: Fayard, 1984).

Outro maçom que se destacou na sociedade goianense foi o Dr. Ângelo Jordão de Vasconcelos, que desempenhou funções junto ao judiciário do Estado, sendo juiz de algumas comarcas do interior. Foi ainda, um dos principais animadores no processo de reorganização da biblioteca, durante os anos 1930, sendo um dos responsáveis em homenagear o Desembargador Francisco Luiz, dando o seu nome à biblioteca, em função da doação de todos os seus livros à Loja Fraternidade e Progresso.

Esse espaço de leitura chegou a contar nas suas estantes com um acervo variado, perfazendo um total de 6000 volumes. A sua importância junto à sociedade goianense e na formação intelectual de muitos cidadãos do município, foi destacada por Paulo Cavalcanti, ao remontar o valor daquele espaço na formação sociocultural dos munícipes.

Com a implantação do regime de força, inaugurado em outubro de 1937, que teve em Pernambuco como um dos seus desdobramentos, a repressão às atividades maçônicas no Estado e, conseqüentemente, o encerramento das atividades promovidas pelas bibliotecas e escolas mantidas pelos maçons. Essa instituição, passou então a ser cada vez mais compreendida dentro da lógica da suspeita, principalmente, pelos órgãos de segurança do Estado¹⁸.

O mesmo ocorreu com a biblioteca da Loja Obreiros do Porvir, na cidade de Nazaré da Mata. Ainda em outubro de 1937, o Delegado de Polícia local, o Sargento João dos Reis Sobrinho, acompanhado pelo Escrivão da Delegacia Euclides da Silva e os senhores Severino Leal e Demerval Miranda, maçons ligados à Loja Obreiros do Porvir, dirigiram-se ao prédio da loja maçônica, na Rua Joaquim Nabuco nº 54, acompanhados de mais duas testemunhas, os senhores Antonio Leão e Murilo Almeida.

Na presença dos representantes da oficina maçônica, o Sargento João dos Reis Sobrinho entregou o telegrama enviado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, assim como o ofício que ordenava o processo de busca e apreensão dos arquivos e das chaves da Loja. A resolução, encaminhada à Loja Maçônica Obreiros do Porvir, tinha como justificativa o entendimento da Comissão Executora de Guerra e da Secretaria de Segurança Pública, a respeito das ações da Maçonaria no país. Reproduzimos abaixo parte do Auto de Apreensão dos arquivos da citada oficina:

Conforme instruções da Secretaria da Segurança Pública do Estado e determinação da “comissão Executora do Estado de Guerra” apresentassem todo o arquivo dessa sociedade e permissão para plena busca, em vista das suspeitas que sobre a referida instituição recaem como compartilhante das alterações verificadas na ordem pública em oposição ao regime governamental do país, sendo logo tudo posto à disposição da mesma autoridade que, tomando as chaves do arquivo foi este aberto donde se retirou o arquivo

¹⁸ Paulo Cavalcanti, *A luta clandestina: o caso eu conto como o caso foi* (Recife: Editora Guararapes, 1985. V.4).

constante da relação junta e ainda aberta foi uma estante da biblioteca da qual foram retirados também diversos livros especificados em outra relação junta¹⁹.

Podemos observar, como é bem visível no relato, do auto acima, que uma das justificativas que figurava no fechamento do templo maçônico de Nazaré, era o fato de a instituição representar, na justificativa dos órgãos de vigilância e controle, um perigo à ordem pública. Tal perspectiva, está estabelecida na passagem em que se constrói uma argumentação de suspeita sobre as suas ações em relação ao regime governamental instaurado. Este ar de suspeição que se construía sobre a Maçonaria, e que se colocava como justificativa para o fechamento das suas atividades, guardava certa relação com o ideário anticomunista desenvolvido com maior força, a partir da tentativa fracassada da Intentona Comunista do ano de 1935.

O Coronel Azambuja Vilanova, Comandante da Região Militar, sediada no Recife, era um dos que compartilhava da visão de que a Maçonaria, junto com o Comunismo, seriam órgãos de ação e propaganda do sionismo internacional. Em entrevista concedida ao *Jornal do Comércio* em 23 de outubro de 1937, dia do fechamento das lojas maçônicas no país, o Coronel expunha as justificativas que existiam para o cerceamento das ações da Maçonaria no estado e no país. Na entrevista, o militar construía as seguintes impressões:

A Maçonaria é, como o comunismo, uma organização de propaganda do Sionismo [...] Estou convencido de que a quase totalidade dos maçons brasileiros ignora de que sob a capa de igualdade, fraternidade e humanidade, a maçonaria não passa de uma instituição destinada exclusivamente, a batalhar pelo supremo interesse do judaísmo: - A conquista do mundo. Devo declarar, ainda, que meu avô paterno Antonio de Azambuja Villanova, era mação – grau 33 – e que pediu, certa vez, insistentemente, a todos os filhos, que fugissem, sempre, da maçonaria, pedindo-lhes, também que nunca permitisse que seus filhos, por sua vez, fizessem parte della²⁰.

Os argumentos do Coronel Vilanova enquadravam-se dentro do ideário construído pela intelectualidade católica e conservadora do estado e do país, ao se referirem a respeito da Maçonaria. Percebemos que o tom utilizado pelo militar na sua análise, é o de revelar uma espécie de segredo, algo que era inaudito, asseverando o tom sombrio em que a Maçonaria se movimentava. Um recurso muito forte usado pelo entrevistado, no sentido de justificar as resoluções que estavam sendo tomadas e colocadas em prática, foi o da utilização de uma experiência pessoal e familiar, como a descrita na citação acima, quando

¹⁹ Auto de Apreensão Loja Obreiros do Porvir. Nazaré da Mata, 23/10/1937. Prontuário Funcional-DOPS-APEJE, 1-2.

²⁰ Sem autor. Determinado pela comissão executora do Estado de Guerra: o fechamento de todas as Lojas Maçônicas do País. *Jornal do Comércio*, 23/10/1937, 3.

o seu avô paterno, um maçom graduado, no seu leito de morte, havia pedido aos familiares que mantivessem distância daquela sociedade²¹.

Esta imagem provocava um impacto considerável nos leitores da entrevista concedida pelo militar. O cenário descrito e os argumentos utilizados, contribuíam para reforçar a visão negativa sobre a instituição. Alguns aspectos observados e enunciados pelo Coronel Azambuja, como o fato do seu avô no leito de morte ter pedido aos filhos que não se associassem à Maçonaria, constituiu-se num elemento importante na estruturação do arsenal imagético/discursivo, contribuindo na construção da visão de desconfiança, que pairava em torno dos verdadeiros objetivos da Maçonaria, legitimando tais temores²².

A propagação desse discurso e a sua efetivação tiveram sua concretização no fechamento dos templos e suspensão das atividades dos maçons, nas várias cidades do estado e de tantos outros municípios do Brasil. Para mostrarmos um caso concreto e local dos efeitos de tal resolução, voltaremos a nossa análise sobre o destino da Loja Maçônica Obreiros do Porvir, localizada na cidade de Nazaré da Mata. Após o ato de fechamento e o encaminhamento via telegrama de que a determinação do Secretário de Segurança Pública havia sido cumprida. Com o delegado de posse dos arquivos, do mobiliário e da biblioteca da oficina maçônica, é possível compreender como as atuações durante o Estado Novo ocorreram com relação à Maçonaria e suas ações no país.

É interessante que se faça uma reflexão a respeito do conteúdo da biblioteca da citada Loja, como um elemento importante para que possamos compreender qual o lugar que este espaço desfrutava no interior da instituição e o seu valor na formação intelectual e cultural, para os que a utilizavam, além de podermos, de alguma forma, procurar compreender quais os motivos, se é que existiam, para que as lojas sofressem um processo de interdição por parte do Estado. Como pontuamos em outros momentos deste artigo, a manutenção e o franqueamento das portas de um espaço de leitura para os cidadãos de Nazaré inseria-se no aspecto daquilo que os maçons, a partir da organização da República, entendiam como sendo “alta política” e que passaria a fazer parte dos seus hábitos e ações, constituindo-se numa forma de Cultura Política, no sentido de tentar definir qual o seu papel institucional e social²³.

²¹ Maria Luiza Tucci Carneiro, *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração* (3ª edição ampliada. São Paulo: Perspectiva, 2001); Leandro Piquet Carneiro y Karina Kuschnir, “As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia Política”, *Estudos Históricos* 24 (1999): 227-250; Maria Luiza Tucci Carneiro, *O antissemitismo nas Américas. História e memória* (São Paulo: Edusp, 2007.v.1); Ferrer Benimelli, *La masonería* (2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2005).

²² No sentido de compreender a formação e utilização do ideário antimacônico ver: Dominguez Arribas, “La utilización del discurso antimacónico”, 1107-1138; Barret-Ducroq, *A Intolerância*; Ferrer Benimelli, *El contubernio*; Raoul Girardet, *Mitos e mitologias políticas*, trad. Maria Lucia Machado (São Paulo: Companhia das Letras, 1987); Jefferson William Gohl, “O real e o imaginário: a experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória: 1936-1950” (Dissertação em História, Universidade Federal do Paraná, 2003).

²³ Elide Rugai Bastos, *Intelectuais: sociedade e política* (São Paulo: Cortez, 2003); Rebeca Gontijo, Martha Abreu y Rachel Sohiet, *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história* (Rio de

Como analisou Robert Darnton²⁴, as práticas de leitura têm importância fundamental na formação sociocultural de uma sociedade. Portanto, as bibliotecas são meios imprescindíveis na formação dos hábitos de leitura e na formação sociocultural do indivíduo. O seu conteúdo pode ser um aspecto extremamente elucidativo, no sentido de nortear os seus objetivos. O caso da biblioteca maçônica da Loja Obreiros do Porvir, se comparada à que existia na Loja Fraternidade e Progresso, possuíam diferenças que devem ser evidenciadas.

Em primeiro lugar, a biblioteca da cidade de Goiana contava nas suas prateleiras com um acervo em torno de 6.000 títulos, enquanto a biblioteca da “oficina” maçônica da cidade de Nazaré, possuía um acervo tímido, composto por 48 títulos que somavam ao todo 65 volumes. No entanto, tal questão não deve ser fundamental para dimensionar a importância de uma, em relação à outra. Entendemos que, ambas, enquanto espaços de formação intelectual, independente da quantidade de volume das obras, tinham importância decisiva na formação intelectual, política e cultural daqueles que as procuravam.

Observando o catálogo das obras que estavam na biblioteca sediada na loja em Nazaré da Mata, aspecto que, como assinalou Robert Darnton, na sua obra, compõe-se em testemunho importante para realizar uma análise das possibilidades de leitura oferecidas pela instituição e, podermos refletir sobre os motivos da existência de determinados títulos nas prateleiras. O que deve ser ressaltado, principalmente, em se tratando de uma biblioteca mantida e financiada por uma loja maçônica que, mesmo tendo seus livros franqueadas aos cidadãos daquela cidade, não deixava de ser um espaço institucional e como tal exprimia na sua coleção de livros, os hábitos de leitura que procurava imprimir nos frequentadores daquele espaço.

A partir da perspectiva proposta por Silvia Cortez Silva, ao analisar uma das bibliotecas mais importantes na formação da intelectualidade católica e conservadora dos “Tempos de Casa-Grande”, a da Congregação Mariana do Colégio Nóbrega, podemos estabelecer uma comparação entre esta biblioteca e a existente no templo maçônico. Ambas tinham objetivos expressamente claros: o da formação intelectual dos indivíduos que entravam em contato com os livros das suas estantes. Por tal motivo os títulos disponíveis não se encontravam organizados de forma aleatória, mas, guardando um propósito. Como expressou a autora no seu estudo:

Analisando os objetivos e os títulos da coleção, percebemos que estes se coadunavam com as metas propostas. Tratava-se de uma biblioteca de cultura

Janeiro: Civilização Brasileira, 2007); René Rémond, *Por uma História Política*, trad. Dora Rocha (2ª.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003).

²⁴ Robert Darnton, “História da Leitura”, em *A Escrita da História*, ed. Peter Burke (4. ed. São Paulo: Unesp, 1992), 199-236.

católica cuja fonte de inspiração provinha em grande medida, de pensadores franceses e da elite intelectual jesuíta como era o caso do Leonel Franca²⁵.

Essa referência de biblioteca de cultura católica, cuja inspiração principal derivava dos intelectuais católicos franceses e dos padres Jesuítas, nos diz muito a respeito de quais as estratégias e de como os organizadores desse gabinete de leitura pretendiam formar os seus leitores e intelectuais. Tal observação pode ser aplicada à biblioteca maçônica da Loja Obreiros do Porvir, na análise dos títulos disponíveis naquele espaço. Com base no Auto de Apreensão, executado pela Delegacia da cidade de Nazaré da Mata, foi encontrado um catálogo contendo as obras da biblioteca maçônica organizada pelo escrivão da polícia de Nazaré.

Com base nas informações fornecidas pela polícia, podemos visualizar a seguinte divisão do acervo da biblioteca da Loja Obreiros do Porvir, destacando as principais áreas de conhecimento que são encontrados naquele espaço de leitura e que fornece uma visão, a respeito de que tipo de leitor essa instituição pretendia formar e os assuntos que, enquanto, espaço de sociabilidade pretendia veicular. A esse respeito podemos dividir o acervo a partir das informações contidas no Auto de Apreensão dos arquivos e da biblioteca existente naquela loja maçônica.

Esta divisão e análise que realizamos, a partir do acervo elencado pelo catálogo, mostra que a biblioteca possuía um pequeno acervo. Observamos que era formada por uma grande diversidade temática. De forma geral, das áreas temáticas, as que reuniam a maior quantidade de títulos eram as que diziam respeito à Maçonaria e política que juntas, perfaziam o total de 33 volumes, somando quase a metade do acervo da biblioteca.

As outras áreas, em ordem de importância, no que diz respeito à quantidade de títulos eram: História e biografia, seção jurídica, religiosidade, livros didáticos/escolar, seguidos das áreas de Literatura, Economia, Filosofia, Medicina e Agricultura. A partir deste cenário, podemos considerar que a biblioteca da loja maçônica da cidade de Nazaré, tinha como pontos de destaque a preocupação de fornecer aos seus frequentadores uma formação supostamente mais sólida nas áreas referentes à Maçonaria e à política.

A importância destes dois assuntos, no interior daquela biblioteca maçônica, não se justificava por mero acaso, mas sim pelo fato de que a lógica de composição do espaço, orientava-se no sentido de ter, como ponto marcante, o estudo destes temas, por meio dos quais os maçons efetivavam o seu objetivo de se tornarem uma instituição mais popular, junto a um conjunto maior de pessoas, principalmente, aquelas que não tinham sido “iniciadas nos seus segredos”. O contato dessas pessoas com uma literatura maçônica ajudaria no processo de desmitificação das visões construídas sobre a instituição, contribuindo assim, de alguma forma na reconstrução do entendimento, por parte dos não iniciados, do que viria a ser concretamente a Maçonaria e quais seriam os seus objetivos.

²⁵ Silvia Cortez Silva, *Tempos de Casa-Grande: 1930-1940* (São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010), 134.

Dentro do acervo específico que tratava da Maçonaria, encontravam-se obras ritualísticas, doutrinárias e de fundo histórico, como, por exemplo, o livro *A Maçonaria no Rio Grande do Norte*, livro que procurava oferecer subsídios a respeito da organização e sua história no estado potiguar. Outro trabalho que tratava de subsídios históricos, mas com um forte viés propagandístico, principalmente, no sentido de ressaltar a importância desta instituição no desenvolvimento do país, era o livro *Maçonaria e Independência*.

Compartilhando ainda do propósito, na formulação de uma memória histórica que contribuísse na criação de um papel de importância e destaque às ações maçônicas, encontramos no acervo da citada biblioteca, obras biográficas que tinham esta finalidade. Um exemplo disso era a biografia de Gervásio Pires, conhecido maçom, pois na medida em que destacava a sua identidade maçônica, contribuía no intuito de destacar a importância política e histórica da Maçonaria no processo de desenvolvimento histórico do país.

Ainda no conjunto de obras importantes, no interior da biblioteca e que cumpria os objetivos traçados pela instituição, encontravam-se algumas referentes à reflexão política. Dentre elas, *Democracia na América* e *A Ideia Republicana*, além das obras de Rousseau, numa coleção de 10 volumes, contendo seus textos filosóficos e políticos. A partir deste conjunto de obras, podemos avaliar que as leituras, de alguma forma, cultivadas na Obreiros do Provir, orientavam-se dentro da tradição iluminista, liberal e democrática, marca que acompanhava as próprias origens do modelo moderno de Maçonaria no Ocidente e, ainda, a sua experiência histórica e política tanto na chamada República Velha quanto nas décadas de 1930 e 1940.

Mesmo construindo um acervo que, em grande parte, se encaminhava dentro desta tradição, encontravam-se ainda nas estantes daquela biblioteca, autores como Joseph-Pierre Hilaire Belloc, autor católico, que, na sua obra construiu uma crítica da sociedade, formada a partir da modernidade. Além deste exemplo, outros textos como a Bíblia e o Novo Testamento, *Le genie du christianisme*, de Chateaubriand, obra dogmática deste escritor e pensador, que continha uma apologia ao Cristianismo, mostrando-o como a mais poética e humana das religiões. Aspectos que, segundo o autor, contribuíram para que o Cristianismo fosse a base para todas as transformações do mundo moderno.

A miscelânea de livros podia, num primeiro momento, chamar a atenção do leitor, como algo inusitado ou mesmo contraditório, tratando-se de um espaço patrocinado pela Maçonaria, instituição muitas vezes representada como antirreligiosa e anticlerical. O que podemos apreender deste acervo, como nos orienta Darnton, é que ele não deixa também de refletir os traços daqueles que os construíram. Esta marca é um aspecto importante e que deve ser levado em consideração. Neste sentido, é bem possível considerarmos que os maçons de Nazaré apreciavam leituras relacionadas à política, ao ideário democrático e ilustrado, não sendo, também, adeptos do discurso antirreligioso e anticlerical radical, que dominava algumas lojas maçônicas no estado e no país.

O que num primeiro momento podia representar uma contradição, não deixava de ressaltar um aspecto que deve ser considerado ao analisarmos esta biblioteca, o de que, mesmo tendo uma quantidade expressiva do seu acervo, voltada para a propaganda maçônica e política de viés democrático e liberal, o objetivo dos maçons da cidade de Nazaré seria o de que sua biblioteca fosse um espaço de leitura e formação. Dentro de tal objetivo, a formação de uma cultura geral aos seus frequentadores tinha um lugar privilegiado, o que era visto pelos órgãos de repressão como um aspecto que mereceria uma vigilância mais sistemática e efetiva. Ao considerarmos tal aspecto, lançamos assim, uma explicação para os motivos que levaram os órgãos de repressão de Pernambuco e do Brasil, a nutrirem-se do desejo de interromper as ações desta sociedade.

Tal perspectiva assumia um caráter importante, uma vez que este local de leitura se encontrava numa pequena cidade do interior do país, onde não existiam muitos espaços destinados àquele nas décadas iniciais e meados dos anos 1930 do Século XX. Levando tal perspectiva em consideração, é possível assegurar que este gabinete de leitura, certamente foi um dos principais estabelecimentos na promoção e desenvolvimento da prática da leitura e sua difusão na cidade e região.

Organizada dentro do princípio de promover a formação cultural e intelectual dos habitantes da cidade de Nazaré, a biblioteca da Loja Obreiros do Porvir, juntamente com as outras três bibliotecas, mantidas no estado: Loja Segredo e Amor da Ordem, localizada na cidade de Recife; Loja Fraternidade e Progresso, localizada em Goiana e a Loja maçônica Mensageiro do Bem, na cidade de Garanhuns, somadas às quatro escolas laicas mantidas por oficinas maçônicas no estado, constituíam-se em locais de formação intelectual, política e cultural, sendo pensados como espaços socioculturais para os filhos de maçons, mas principalmente, para famílias pobres que não tinham acesso a este tipo de bem²⁶. A cada biblioteca e escola fundada pelos maçons, mais um espaço de ilustração era conquistado, sendo, na visão dos maçons, uma forma de afastar a ignorância e as trevas no processo de formação educacional dos indivíduos, condição compreendida pelos maçons como necessária para que os cidadãos brasileiros não caíssem no canto da sereia do dogmatismo religioso ou político, embates sobre os quais a maçonaria brasileira travaria, ainda, durante as décadas de 1930 e 1940 e que apresentaremos na seção abaixo.

Os maçons combatendo a intolerância: Maçonaria, AIB e Intelectuais conservadores

Dentro da lógica apontada no tópico anterior, a obra cultural e educacional dos maçons tinha objetivo preciso, o de formar cidadãos que tivessem a visão crítica necessária ao debate junto às tendências intolerantes, representadas ao longo das décadas de 30 e 40

²⁶ Mansur Barata, *Luzes e sombras*.

no Brasil, pelos intelectuais católicos e conservadores. Muitos deles, adeptos das propostas da Ação Integralista Brasileira/AIB, movimento político que mesclava uma forte proposta conservadora, de viés fascista, autoritária e nacionalista, estabelecendo um diálogo com o pensamento católico romano dos anos 1930. Ainda dentro da diversidade de matrizes políticas que o Integralismo encerrava, encontravam-se fortes expressões de antissemitismo e antimaçonismo que norteavam o discurso dos partidários do Sigma²⁷, tanto em nível nacional como local²⁸.

Em importante estudo sobre os integralistas e a maneira como foram reprimidos a partir do Estado Novo, Giselda Brito Silva²⁹ analisou que dentro da ordem do discurso integralista, o combate que travavam era pela defesa da nação. Como afirmou a autora, ocorreu na expressão de seus discursos, a ênfase pela construção de uma ordem discursiva que combatia todo tipo de hábito, ideologia e conduta que fosse considerada por eles, como “exterior” ou “alienígena” a nossa formação política, cultural e religiosa.

Dentro dessa plêiade de inimigos, encontrava-se a Maçonaria e as suas derivações, que na acepção dos “camisas verdes” seriam enviados do judaísmo internacional e do comunismo. Estas forças eram vistas como expressões de exotismo, possuindo doutrinas que não comungavam com a “verdadeira alma” do povo brasileiro. Para conseguirem, segundo a citada historiadora, o efeito de sentido discursivo necessário para se colocarem como a expressão da alma brasileira e de um projeto novo para os destinos do Brasil, os integralistas negavam “qualquer vínculo com outros projetos políticos, especialmente, porque a proposta nacionalista do Integralismo prometia combate a tudo que fosse estrangeiro”³⁰.

Por meio desse recurso discursivo, os integralistas pretendiam se colocar como os “diferentes”, contrários ao que achavam que era forasteiro, alheio aos anseios e ao modo de vida nacional. Preocupando-se em fortalecer tal visão, estruturou-se dentro do discurso integralista, recurso compartilhado pelos intelectuais católicos, uma visão de que a Maçonaria seria na verdade um corpo estranho ao nosso tecido social, e que, segundo os adeptos do Sigma, compartilhava dos mesmos desejos de dominação internacional nutridos pelos judeus e comunistas.

Superando os efeitos discursivos, temos um exemplo concreto desse embate político que colocava em campos diferentes os maçons e os integralistas. Os primeiros, como paladinos da liberdade e da ordem democrática, contra as aspirações fascistas e autoritárias, representadas pelos integralistas. Podemos observar esta relação, através dos

²⁷ Termo usado para referir-se aos partidários da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fascista brasileiro que se constituiu em partido político nos anos iniciais da década de 1930. O uso da letra grega maiúscula sigma, continha o significado de soma dos valores que os filiados do movimento deveriam seguir.

²⁸ Da Silva Moura, *Fé, Saber e Poder*.

²⁹ Giselda Brito Silva, “A lógica da Suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco” (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2002).

³⁰ Brito Silva, “A lógica da Suspeição”, 57.

desdobramentos provocados pelos conflitos estabelecidos, na cidade de Rio Branco, atual Arcoverde no interior do estado de Pernambuco, entre os chamados “filhos da viúva”³¹ e os partidários do Sigma.

Segundo as referências localizadas na correspondência do Núcleo Integralista de Rio Branco, atual Arcoverde, nas informações trocadas entre as sedes do partido, encontramos informações sobre a propaganda integralista na cidade de Rio Branco. O chefe da seção local, Napoleão Arcoverde, importante comerciante e liderança política do município, mostrava como ocorriam as relações entre o núcleo integralista local e as demais forças políticas, econômicas e sociais da cidade. No caso específico, do nosso texto, o líder integralista Napoleão Arcoverde traçava um quadro da receptividade da Loja Maçônica Barão do Rio Branco à propaganda integralista na cidade.

A correspondência em questão, endereçada a Nelson C. Silva, Presidente da Junta de Nucleação Provincial de Pernambuco, Napoleão Arcoverde, trazia informações preciosas com relação ao processo de divulgação da propaganda do Sigma. Além de destacar as dificuldades encontradas pelos “camisas verdes” e a maneira como eram encarados na cidade, o referido depoimento compõe, com riqueza de detalhes, não somente o processo de organização do partido, mas os jogos políticos e cotidianos dos “camisas verdes” e dos segmentos contrários a eles na cidade.

Na sua avaliação, Napoleão, considerava que a ideologia integralista estava, gradativamente, ganhando espaço e adeptos dentro do cenário político local. Relatando as atividades e a situação do Núcleo Integralista, o líder local, destacava como eles se encontravam organizados:

O nosso núcleo, fundado no dia 2 do corrente, vai em bom andamento. Estamos lutando contra os seguintes inimigos:

A repartição do correios e telégrafos; onde os respectivos funcionários são nossos inimigos declarados (exceto o agente e o telegrafista, o primeiro indiferente, o ultimo simpatizante, porem que não podem de forma alguma por um freio aos outros funcionários) [...]

A maçonaria: Sendo grande o numero de maçons aqui, na sua maioria comerciantes, estão ameaçando os empregados que simpatizam com o nosso movimento, de demissão, chegando a fazer pressão junto a um irmão afim do mesmo demitir um nosso companheiro que é empregado dele. Não foram e parece que não serão

³¹ Esta expressão que é utilizada pelos maçons para se autodenominarem, possui algumas explicações e significados, dentre elas, podemos destacar que o Filho da viúva é um apelido comumente aplicado aos maçons. Viúva, no caso é a própria Maçonaria, enquanto instituição, já que seu fundador, Hiram Abiff foi assassinado. Dessa forma, seus filhos, maçons seriam órfãos de pai. Essa, naturalmente, é uma alegoria, e não é a única inspiração dessa curiosa expressão. Na verdade, essa expressão é bastante antiga. Ela já era utilizada nas antigas Iniciações, especialmente nos Mistérios Egípcios. Filhos da Viúva eram todos aqueles que se iniciavam nos Mistérios de Isis e Osíris, pois Isis era a esposa viúva do deus Osíris, morto pelo seu invejoso irmão Seth.

atendidos. O empregado é do Sr. José Estrela de Souza, que apesar de maçom é o único que não nos hostiliza [...] O protestantismo; Este nos acusa de clericalistas, um dos pastores é também maçom [...] Os políticos; todos os políticos estão contra nós. Uma professora municipal foi censurada porque assistiu à sessão de instalação do nosso núcleo. No entanto talvez, no caso de eleições contemos com todo o professorado, que é simpatisante sem poder externar opinião com receio de demissões [...] Os desocupados; porque não tendo o que fazer combatem seja a que e o que for[...] Contamos com as simpatias do vigário da freguesia e dos católicos da cidade. Antes sermos combatidos do que olhados com indiferença. Do combate surgirão adeptos. Estou ativando a toda pressa a organização de uma escola noturna para adultos, que farão exercícios disciplinares. (Grifos no original)³².

A partir deste Ofício, é possível saber do clima que se instaurou na sociedade rio-branquense em decorrência da fundação do núcleo integralista, como ficou evidenciado no relato do seu chefe, naquela cidade. A situação, como Arcoverde narrava, era de oposição ao movimento integralista em vários setores. Com relação à posição dos maçons locais, a sua intenção era de utilizar a influência que desfrutavam, nas palavras do integralista, junto aos membros da Loja Barão do Rio Branco e pessoas próximas, no sentido de não deixar que os partidários do Sigma ganhassem espaço na cidade.

Isso refletiu numa conduta política de combate, adotada pelos maçons frente às forças conservadoras, posição que deixou as seguintes evidências: primeiro, a de que os maçons estavam interagindo, apesar do conflito ser local, dentro do cenário político nacional, ao adotar uma posição de combate às forças consideradas reacionárias; o segundo aspecto a ser destacado, se referia ao grupo social que formava a base da Maçonaria, na cidade de Rio Branco. Como podemos antever, a maior parte dos seus filiados era proveniente do comércio e de profissões liberais, desfrutando no interior da sociedade rio-branquense de certo poder de influência, percebida pelos partidários do Sigma.

O nível de hostilidade dos maçons ao Integralismo na referida cidade, parece ter sido intenso, salvo exceções, como a do Senhor José Estrela, comerciante local que, mesmo sofrendo pressões dos seus confrades, não parecia ser um forte oponente às ideias do movimento integralista. Isso se tornava mais evidente uma vez que não havia por parte do comerciante uma atitude de perseguição aos funcionários que simpatizavam com aquele credo político. Mesmo assim, é possível considerar que, de maneira geral, o clima de embate na cidade entre os partidários do Sigma e “os filhos da viúva”, demonstrava a existência de um forte grau de confrontos, o que nos ajuda a perceber claramente as posições dos maçons locais, frente às forças e ao cenário político-ideológico desenhado no país.

³² Napoleão Arcoverde. Ofício ao companheiro Nelson C. Silva presidente da junta de nucleação província de Pernambuco- Recife. Rio Branco, 08/05/1937. Pasta 4938 – DOPS – APEJE.

Conclusão

Assim, este documento torna-se muito elucidativo, no sentido de repensarmos aquela imagem construída sobre a Maçonaria durante a República, que ficou sendo percebida e discutida pela historiografia, como uma instituição sem atuação e alheia ao debate político a partir da República³³. Constatamos, ao contrário do que ficou posto, que os maçons e a sua instituição desenvolveram estratégias de ação política, cultivando muitas vezes hábitos diferentes dos que estavam sacralizados pela historiografia, principalmente ao reduzirem a atividade desta instituição ao posicionamento político partidário.

Observamos que suas táticas e compreensão do que era percebido como ação política, foi mudando e moldando-se aos novos tempos, passando a ser compreendida dentro de outro enfoque por meio do estabelecimento de novas estratégias de combatividade, e que se refletem, por exemplo, na defesa dos princípios republicanos, que eram vistos com descrédito no interior do cenário político e cultural da Era Vargas. Isso, de alguma maneira, acabou refletindo uma certa desconfiança sobre a Maçonaria, principalmente, por se colocar como defensora desses princípios, em que o ideário liberal-democrata, num mundo cada vez mais pressionado por forças tanto da esquerda quanto da direita que desacreditavam desta posição política, passavam a conquistar espaços de poder e decisão junto a muitas nações ocidentais.

Assim, com objetivos de fazer frente a tal corrente, a combatividade e ação política da maçonaria pernambucana se revelavam, através da instauração de novos núcleos de propaganda, durante a Década de 1930, e da formação de espaços como as bibliotecas e a inserção no debate público contra as posições conservadoras sejam laicas ou clericais, além da sua presença no movimento de 1930, temas discutidos ao longo do presente artigo.

Fontes

Arcoverde, Napoleão. Ofício ao companheiro Nelson C. Silva presidente da junta de nucleação província de Pernambuco- Recife. Rio Branco, 08/05/1937. Pasta 4938 – DOPS – APEJE.

Auto de Apreensão Loja Obreiros do Porvir. Nazaré da Mata, 23/10/1937. Prontuário Funcional-DOPS-APEJE, p.1-2.

³³ Como um dos divulgadores desta posição de pouca ação Política da Maçonaria com a instauração da Republica ver: Sergio Buarque de Holanda, *Da Maçonaria ao Positivismo em História Geral da Civilização Brasileira*, ed. Sérgio Buarque de Holanda (4ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1985, t.II, Vol.5), 289-305. Contraopondo-se a esta perspectiva podemos consultar os seguintes estudos Mansur Barata, *Luzes e Sombras*; Augusto César Acioly Paz Silva, “Maçonaria e República: confrontos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940” (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013).

- Barreto, Eugenio. Ofício da Grande Loja de Pernambuco ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Recife, 08 /02/1933. Prontuário Funcional 3904 – DOPS – APEJE.
- Circular da Grande Loja. Recife, 03/06/1933. Prontuário Funcional 3904 – DOPS – APEJE.
- Maçonaria e Revolução. Recife, s/d. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS - APEJE.
- Sem autor. Determinado pela comissão executora do Estado de Guerra: o fechamento de todas as Lojas Maçônicas do País. *Jornal do Comércio*, 23/10/1937, 3.
- Sem autor. Nota da Redação. *Revista Fronteiras*, Recife 01/1933, 3.
- Sem autor. Relato da Romaria que o “Pensamento Livre” levou a efeito no dia 19. *Revista Fronteiras*, Recife 03/1933, 4.
- Sem autor. O Litígio entre as Lloj :. “Luz da verdade” e Ccav :. da :. Luz” e o Gr :. Or :. de Pernambuco – Suas determinações e seus epílogos .*O archote*, Recife 05/1932, 1

Bibliografia

- Acioly Paz Silva, Augusto César. “Maçonaria e República: confrontos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940”. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- Azevedo, Cecília. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- Azzi, Riolando y Klaus van der Krijp. *Historia da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964*. Petrópolis RJ: Vozes, 2008.
- Azzi, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador: A Igreja Católica na Bahia 1551-2001 (Período Imperial e Republicano)*. Petrópolis/Salvador: Vozes/Ucsal. 2001.
- Barret-Duqroc, Françoise ed. *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- Brito Silva, Giselda. “A lógica da Suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco”. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- Buarque de Holanda, Sergio Buarque. “Da Maçonaria ao Positivismo”. In *História Geral da Civilização brasileira*. Editado por Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: DIFEL, 1985.
- Burke, Peter ed. *A escrita da História*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1992.
- Casali, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja Católica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- Cavalcanti, Paulo. *A luta clandestina: o caso eu conto como o caso foi*. Recife: Editora Guararapes, 1985. V.4.

- Cortez Silva, Silvia. *Tempos de Casa-Grande: 1930-1940*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2010.
- Da Silva Moura, Carlos André. *Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937)*. Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 2012.
- Darnton, Robert. “História da Leitura”. In *A escrita da História*. Editado por Peter Burke. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1992.
- Dominguez Arribas, Javier. “La utilización del discurso antimasonico como arma política durante el primer franquismo (1939-1945)”. *Hispania. Revista Española de Historia* LXVI, no. 224 (2006): 1107-1138.
- Ferreira, Jorge y Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Ferreira, Jorge y Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do inicio da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Ferrer Benimelli, José Antonio. *El contubérnio Judeo-Masónico-Comunista. del Satanismo al escândalo de la P-2*. Madrid: Ediciones ISTMO, 1982.
- Ferrer Benimelli, José Antonio. *La masoneria*. 2.ed. Alianza Editorial: Madri, 2005.
- Ferrer Benimeli, José Antonio y Alberton Caprile, G. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. Trad. Valério Alberton. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1983.
- Flamarion Cardoso, Ciro y Ronaldo Vainfas. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- Gontijo, Rebeca, Martha Abreu y Rachel Sohiet. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- Le Goff, Jacques. *História e memória*. 5ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- Lucia Colussi, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no Século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- Mansur Barata, Alexandre. *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira, 1870-1910*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- Mansur Barata, Alexandre. “Discutindo a sociabilidade moderna: o caso da Maçonaria”. In *Narrar o passado, repensar a história*. Editado por Margareth Rago. Capinas: Unicamp, Instituto de Filosofia Ciências e Letras, 2000.
- Mansur Barata, Alexandre. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil, 1790-1822*. São Paulo, Juiz de Fora: Annablume, EDUFJF-FAPESP, 2006.
- Marinho Azevedo, Celia. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.
- Rémond, René ed. *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. 2ª.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- Rugai Bastos, Elide ed. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.
- Piquet Carneiro, Leandro y Karina Kuschnir. “As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia Política”. *Estudos históricos* 24 (1999): 227-250.
- Tucci Carneiro, Maria Luiza. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração*. 3ª edição ampliada. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- Tucci Carneiro, Maria Luiza ed. *O antissemitismo nas Américas. História e memória*. São Paulo: Edusp, 2007.
- William Gohl, Jefferson. “O real e o imaginário: a experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória: 1936-1950”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2003.